

TIPO

ARTIGO CIENTÍFICO

ÁREA TEMÁTICA

GOVERNANÇA, SUSTENTABILIDADE E AMAZÔNIA

TÍTULO

PARTICIPAÇÃO PARA GOVERNANÇA URBANA: a experiência do município de Porto Velho

Denise Ton Tiussi (ton.tiussi@gmail.com)

INFRO

Marcos Oliveski (marcos_oliveski@yahoo.com.br)

UNIR

Diego Dorabiallo Oliveira (dorabiallo@gmail.com)

UNIR

RESUMO

Este artigo discute a governança urbana em um sistema de governo democrático. O objetivo do trabalho é identificar o modelo de participação cidadã praticado no município de Porto Velho para promover a governança urbana. A matriz teórica privilegia os modelos apresentados por Magnani (2008). Trata-se de um trabalho qualitativo que utiliza como estratégia de pesquisa a observação não participante, a análise de documentos e a entrevista semi-estruturada. Para a coleta de dados os pesquisadores participaram de uma audiência pública para elaboração da proposta de lei orçamentária anual, ocasião na qual a população é convidada a participar do debate de prioridades na alocação de recursos públicos. Foi feita também a leitura de documentos oficiais da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SEMPLA), e uma entrevista com o secretário a frente da SEMPLA. Observou-se que a participação cidadã no município apresenta características presentes em dois dos modelos propostos por Magnani (2008). São eles, a participação por consulta e a participação funcional.

Palavras-Chave: Governança urbana. Democracia. Participação cidadã. Porto Velho.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade moderna capitalista tem se apresentado heterogênea, com realidade e grupos de interesses, nem sempre convergente. Para Frey (2007) a sociedade encontra-se fragmentada, em isolamento em seus ambientes de reprodução social. Em uma democracia esta diversidade de comunidades precisa ser reconhecida pelos seus gestores. Para isso devem ter voz e encontrar disposição para serem ouvidas, a fim de que sejam compreendidas.

A gestão urbana, em estados que se dizem democráticos, têm se tornado uma atividade desafiadora e sensível, parece que a principal dificuldade é inserir, para além de discursos retóricos, os anseios dos cidadãos (LIMA *et al*, 2012). O entendimento sobre democracia infere que é a execução de ações de interesse comum, pois trata-se de um querer coletivo e necessita de um arranjo institucional capaz de traduzi-lo com fidelidade e torna-lo em políticas públicas eficientes (SCHUMPETER, 1984).

A discussão sobre um arranjo institucional capaz de garantir que a sociedade tenha suas demandas atendidas sugere uma ampliação da participação de atores sociais nos processos de gestão pública. Stoker (2000, p 93) destaca que “governar torna-se um processo interativo porque nenhum ator detém sozinho o conhecimento e a capacidade de recursos para resolver problemas unilateralmente”. Neste sentido discute-se o conceito de governança urbana, que pode ser entendido como um compartilhamento das ações e decisões do estado na busca de soluções inovadoras para os problemas sociais (LÖFFER, 2001).

Diversos arranjos de governança promovem a participação popular e possibilitam a democracia participativa ou democracia direta. Magagnin (2008) identificou sete modelos de participação cidadã, considerando que em um extremo, há a participação simulada, cuja participação não é efetiva, uma vez que os representantes da população estão presentes apenas para assistirem ao debate, por não terem direito de voto. Já na participação através da mobilização da comunidade, no extremo inferior, a população não só participa como toma iniciativa para apresentar proposta de soluções.

Na perspectiva de obter a participação da comunidade, o Município de Porto Velho, segundo informações obtidas em entrevista com o Secretário de Planejamento, Ellart (2015), realiza uma série de audiências públicas nos bairros do município. Tais reuniões têm o propósito de levantar as informações sobre as demandas sociais do município para a elaboração da proposta de lei orçamentária anual

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é identificar as características do modelo de participação cidadã na formulação de políticas públicas, no município de Porto Velho,

visando compreender a forma de governança urbana em implantação na Capital do Estado de Rondônia. Esta pesquisa, de caráter qualitativo, descreve uma reunião de discussão do orçamento participativo, de iniciativa do poder público municipal envolvendo a comunidade.

Este trabalho está dividido em mais quatro sessões, além desta introdução. Na segunda parte é apresentada a revisão bibliográfica onde se realiza uma discussão sobre a democracia, considerando a versão clássica e aspectos da teoria contemporânea da democracia. Em seguida há uma sessão para a discussão da governança urbana. A terceira sessão aborda a governança interativa e os modelos de participação popular. Em seguida são apresentados os resultados da pesquisa, com a necessária discussão com a abordagem teórica e ao final encontram-se as considerações finais sobre os aspectos gerais da pesquisa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta sessão são apresentadas as abordagens teóricas que respaldam os aspectos metodológicos, os resultados e considerações finais da pesquisa.

2.1 Democracia

A democracia passa a ser discutida no mundo ocidental no contexto do Iluminismo, no século XVIII, envolvida em uma filosofia utilitarista e liberal, ligada aos interesses de uma classe burguesa em ascensão. Uma definição clássica para o conceito de democracia é a de um “arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum” (SCHUMPETER, 1984, p. 305).

Contribuindo com os conceitos, Dahl (2013) considera que a visão de democracia adotada pela doutrina clássica representa um ideal, já que na vida prática os elementos da política podem alterar a percepção do que é o bem comum. Alguns grupos de interessados podem influenciar a vontade do povo ao selecionar ou mesmo alterar informações sobre a maioria, e, neste processo, a suposta vontade da maioria afetaria a decisão individual do cidadão.

No século XX, as mudanças históricas e o aprofundamento dos debates sobre a democracia levou ao surgimento da Teoria da Democracia Contemporânea, voltada para questões derivadas do conceito de democracia, tais como a existência ou não de um “bem comum” e a supressão dos desejos das minorias. Além destas, também se preocupa com a questão da “vontade da maioria”, na medida em que cada indivíduo tenha uma perspectiva

única, um sistema de valor próprio e uma medida para o que é “bom” ou não. Partindo destes questionamentos, Schumpeter (1984) assume que não existe uma vontade popular claramente definida se não houver o consenso absoluto.

Autores contemporâneos como Sartori, Eckstein e Berelson compreendem a democracia como o exercício do método democrático. Este método é aquele em que há a competição pelos votos e existem eleições livres e periódicas. Sob esta perspectiva teórica, a participação do cidadão no processo democrático tem a função de proteção do indivíduo, contra decisões arbitrárias dos seus representantes legitimamente eleitos, mas, significa também a proteção de seus interesses privados (PATERMAN, 1992). Na prática do exercício da democracia, sob esta ótica, o povo não tem o poder de decidir sobre o funcionamento do governo em si, tampouco poderá participar das decisões corriqueiras da gestão, escolhendo apenas os seus representantes. Trata-se de uma simplificação do exercício democrático ao exercício do sufrágio universal e à existência das instituições representativas.

Para a Teoria da Democracia Participativa, a simples existência de instituições representativas não é suficiente para garantir o exercício democrático. Sob esta visão teórica, para que exista um governo democrático deve existir necessariamente a participação direta da sociedade. Os autores clássicos que compartilham esta visão teórica são Rousseau, John Stuart Mill e G. D. H. Cole (PATERMAN, 2012) e nesse sentido recorre-se ao entendimento de governança urbana que preceitua a participação da sociedade nas questões voltadas a gestão pública.

2.2 Governança Urbana

O principal desafio da gestão urbana na contemporaneidade, segundo Lima-Sousa *et al* (2012), nos estados que se dizem democráticos, é inserir nas discussões públicas os anseios e os temores das populações. É latente a necessidade de ampliação do número de atores a ser envolvido na gestão pública o que insere na discussão o conceito de governança.

Reconhecendo a necessidade de ampliação dos atores sociais envolvidos na gestão pública, a literatura vem crescentemente enfatizando o tema ‘governança’, evidenciando as novas tendências de gestão de políticas públicas e a própria administração pública. Stoker (2000, p 93) destaca que “governar torna-se um processo interativo porque nenhum ator detém sozinho o conhecimento e a capacidade de recursos para resolver problemas unilateralmente”. Esta percepção reforça a necessidade de mobilizar todo o conhecimento disponível na sociedade, sem exceções, em benefício da melhoria da performance

administrativa e da democratização dos processos decisórios a nível local e global (FREY, 2007).

A governança pode ser entendida, segundo Löffler (2001) como uma nova geração de reformas administrativas e de Estado. Neste contexto o objeto é a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada. Este compartilhamento compreende, segundo o mesmo autor, além do Estado, as empresas e a sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais, criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes. Para Kissler e Heidemann (2006, p 482) “os atores locais e regionais desenvolvem ação conjunta movidos pela expectativa de que conseguem avaliar melhor os problemas de sua região do que os atores nacionais ou supra-estaduais”. A governança é entendida como uma alternativa para a gestão baseada na hierarquia.

Powley e Anderline (2004) entendem que o termo “governança” se refere ao processo de tomada de decisões e a forma que estas são implementadas. Em determinados sistemas estas decisões são tomadas exclusivamente pelo governo, sendo o estado o principal ator. Em outros sistemas existem intervenientes não, necessariamente, ligados à burocracia estatal como as religiões, a sociedade civil (movimentos sociais), sindicatos, instituições financeiras e até militares. Segundo as mesmas autoras as características de boa governança podem ser assim descritas:

- participação dos cidadãos em todo o incentivo participativo na tomada de decisões;
- consenso orientado para a tentativa de chegar a decisões generalizadas com base no acordo;
- transparente, aberto ao escrutínio na tomada de decisões;
- sensível ao ouvir e responder às necessidades dos seus cidadãos;
- propor serviços básicos de forma eficiente e eficaz; e
- equitativo, inclusivo não excluindo os diversos extratos da população, especialmente aqueles que são mais marginalizados ou vulneráveis.

Embora exista uma variação de definições e indicadores, a “boa governança” implica em democratização, descentralização, eleições livres, sociedade civil independente, a livre imprensa e o respeito ao estado democrático do direito (POWLEY; ANDERLINE, 2004).

2.3 Governança Interativa

Embora não exista consenso em torno do conceito teórico de governança é cada vez

maior a convicção da necessidade que os atores sociais de diversos contextos e realidades estejam presentes na elaboração e na implementação de políticas públicas (FREY, 2004). Porém, para que esta participação destes seja eficiente é necessário que sejam disponibilizadas ferramentas, mecanismos ou arenas para o debate público.

Como alternativa para fomentar a participação e o debate público, Frey (2012) identifica a governança baseada em redes de atores. Mertens et al (2011) defendem que as redes têm potencial para conectar os atores que pertencem a diversas categorias e níveis, de modo a criar estruturas flexíveis e adaptativas de governança. É a possibilidade de dar legitimidade ao sistema político, criando-se canais de participação e parcerias, contribuindo para novas formas democráticas de interação público-privada, uma solução viável para a religação dos fragmentos da sociedade.

Forget e Lebel (2001) chamam a atenção quanto a possibilidade de criação de redes estruturadas para o tratamento de questões socioambientais. Estas envolveriam atores de categorias diversas, tais como pesquisadores, gestores governamentais, organizações não governamentais e movimentos sociais, os quais contribuem para facilitar a formulação de soluções adaptadas à complexidade dos problemas socioambientais por meio de processos transdisciplinares.

A governança local, como configuração regional da governança pública, é, assim, segundo Jann (2003) uma forma autônoma (self-organizing) de coordenação e cooperação, por meio de redes interorganizacionais, que podem ser formadas por representantes de organizações políticas e administrativas, associações, empresas e sociedades civis, com ou sem a participação estatal.

Em um contexto mais contemporâneo, novas formas de governança vêm sendo utilizadas para dar voz ao cidadão. O surgimento de novas formas de governança interativa representa uma adaptação do sistema político e administrativo, buscando dar representatividade à diversidade, complexidade e dinâmica da sociedade contemporânea. Neste processo, o resultado é uma sociedade mais articulada, com mais atores interagindo e exercendo influência, representando distintos interesses sociais (KOOIMAN, 2002, p. 74).

Para a teoria democrática, a governança interativa representa um método complementar à democracia participativa. Em sua base está o fortalecimento da racionalidade comunicativa pelo incentivo ao diálogo em fóruns de deliberação e outras formas de desenho institucional que estimulam o debate no sistema político-administrativo (DRYZEK, 1990).

Nos modelos de governança interativa, a participação direta dos interessados está

relacionada ao desenho político utilizado para validar esta participação. Isto porque há um conflito natural do processo de participação popular. Como afirma Frey (2007, p.140):

A expansão do número de atores envolvidos nos novos arranjos de governança acarreta, entretanto, um potencial conflito com o próprio princípio democrático. Enquanto os processos governamentais e a democracia liberal ganham legitimidade política, primordialmente pelo fato de serem baseados no sufrágio universal através do voto popular, os participantes de sistemas de governança não dispõem, em geral, de legitimidade oriunda diretamente da soberania popular.

Identificar o arranjo de governança mais pertinente torna-se tarefa fundamental para a manifestação da soberania popular e para a própria governança (SCHMITTER, 2002, p. 63). Como argumenta Frey (2007, p. 140), “Parece imprescindível que tais arranjos de governança sejam resultado de amplas negociações que envolvam, além das partes interessadas, a própria representação popular”.

O arranjo de governança tem papel chave para que as formas alternativas de deliberação política possam alcançar efetiva legitimidade democrática. Sobre estes arranjos de governança, Magagnin (2008, p.21) propôs uma organização em sete distintas formas de participação, conforme o Quadro 1.

Pode-se observar que as formas de participação supramencionadas estão organizadas partindo da forma mais precária para a forma mais completa. Em um extremo, há a participação simulada, cuja participação não é efetiva, já que os representantes da população estão presentes apenas para assistirem ao debate por não terem direito de voto. Já na participação através da mobilização da comunidade, no extremo inferior, a população não só participa como a iniciativa para proposta de soluções parte dela. Estes diversos arranjos de governança promovem a participação popular e possibilitam a democracia participativa ou democracia direta.

Quadro 1: Arranjos de participação

Forma de Arranjos	Descrição
Participação Simulada	Embora a comunidade tenha representantes junto aos órgãos oficiais, estes não possuem o direito de voto.
Participação Passiva	Processo de decisão unilateral. Todas as decisões são tomadas pela administração e pelo corpo técnico e a comunidade é informada do que está sendo discutido ou planejado.
Participação por Consulta	Consultas junto à população ou questionários. As definições dos problemas, controle das informações e a análise dos resultados, ficam a cargo dos administradores e do corpo técnico.
Participação através de Incentivos Materiais	Há o recebimento de algum bem ou dinheiro como recompensa pela participação na pesquisa. No caso do término do incentivo, a participação sobre perdas.
Participação Funcional	Envolvimento popular realizado com técnicos. Os problemas são discutidos em grupos que definirão os objetos do projeto. A decisão final, no entanto, é realizada apenas pelos técnicos.
Participação Interativa	Processo participativo mais interativo pois a população interage em todo o processo de tomada de decisão. Desde a fase de análise, desenvolvimento dos planos de ação até a definição final do projeto.
Participação através da Mobilização da Comunidade	Neste processo a iniciativa de resolver os problemas parte da comunidade. Pode ser realizado com parcerias de ONGs e órgãos governamentais.

Fonte: Adaptado a partir de Magagnin (2008, p.21).

No contexto da democracia participativa, a legitimidade da soberania popular é alcançada quando existem não apenas as instituições representativas, mas, também, quando aliado a isso, a população é convidada ao debate e tem uma participação direta nas decisões dos caminhos a serem tomados pela gestão pública. Assim os arranjos de governança tornam possível a participação efetiva do cidadão.

3 METODOLOGIA

Este artigo se baseia na concepção construtivista que defende que os significados são socialmente construídos na medida em que os indivíduos se envolvem com o mundo que estão interpretando (Creswell, 2010). É um trabalho fenomenológico onde o pesquisador busca a essência do fenômeno, na perspectiva de quem o está vivenciando, o qual está diretamente associado aos estudos de caráter qualitativo (BRUINE, 1977).

As técnicas de pesquisa que possibilitaram a descrição das características do fenômeno e o desenho institucional da participação cidadã em Porto Velho foram: a observação não participante, a análise documental e entrevista semi estruturada.

A observação não participante ocorreu em uma reunião do Orçamento Participativo, na cidade de Porto Velho-RO, o objetivo foi entender a dinâmica do encontro e observar a interação da comunidade com técnicos do poder público. Os documentos analisados foram os

relatórios técnicos de orçamento participativo do município e os resultados da tabulação do questionário de avaliação da qualidade de gestão municipal aplicado nas audiências. A entrevista foi realizada com o coordenador do Orçamento Público de Porto Velho, principal executivo da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SEMPLA) Senhor Jorge Elarrat.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma série de audiências públicas, nos bairros de Porto Velho capital do Estado de Rondônia, começa a ocorrer em fevereiro de 2015. Segundo o entrevistado, o objetivo destas reuniões era levantar as informações sobre as demandas sociais do município para a elaboração da proposta de lei orçamentária anual.

O processo de orçamento participativo do município de Porto Velho se deu na forma de audiências públicas regionalizadas e na pauta das audiências públicas passou a conter não apenas as demandas para o exercício financeiro seguinte, mas também o levantamento das prioridades de gestão para o ano vigente, tais como a necessidade de aumentar a frequência da coleta de lixo, a demanda pelo agendamento do serviço de poda e jardinagem nas áreas comuns. As prioridades de gestão levantadas foram organizadas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão e repassadas para as demais secretarias em reuniões periódicas mensais (ELARRAT, 2015).

Este procedimento do planejamento participativo é corroborado por Stoker (2000) que pondera que um ator não detém sozinho o conhecimento e a capacidade para resolver todos os problemas urbanos. Sendo assim, não basta ter, em um sistema que se diz democrático, apenas instituições representativas. É necessário existir participação da sociedade (PATERMAN, 2012).

No bairro Planalto, a audiência pública ocorreu no dia 09 de maio de 2015 na Associação de Moradores do Bairro Planalto (AMPLA), oportunidade em que foi possível fazer a observação não participante para conhecer a dinâmica do processo para caracterizar o orçamento participativo, a qual a seguir relata-se.

A reunião foi aberta pelo secretário de municipal de planejamento e gestão e estiveram presentes os representantes do governo municipal, os representantes do referido bairro e membros da comunidade. No decorrer da audiência pública, momento denominado de assembléia os participantes da comunidade foram estimulados a comentar a respeito da prestação de serviços oferecidos pela prefeitura. Primeiramente foi debatido sobre as

principais demandas do bairro e em seguida foi levantado as questões contidas em um questionário estruturado com 22 perguntas, cujas respostas foram colhidas em escala likert, preenchidos pelos presentes, e respondidas oralmente por aqueles que desejaram comentar (SEMPLA, 2014).

O questionário aplicado nas audiências públicas permitia a população avaliar a prestação de serviços públicos, o qual estava estruturado com 22 questões que possibilitavam as respostas em uma escala de avaliação, considerando a percepção dos moradores com as seguintes alternativas: “péssima”, “ruim”, “boa” “regular” e “excelente”, no mesmo questionário as respostas eram acompanhadas de um pequeno texto que descrevia o que seria cada uma das opções. Por exemplo, para avaliar a coleta de lixo as respostas no questionário incluem a seguinte descrição: “PÉSSIMA. Não existe coleta e os moradores é que dão destino ao próprio lixo”, “RUIM. O lixo é recolhido sem regularidade e se acumula na frente das casas”, “REGULAR. Lixo recolhido conforme o cronograma, mas ainda apresenta algumas falhas”, “BOA. Lixo recolhido com regularidade. Coleta seletiva já foi iniciada” e “EXCELENTE. Coleta seletiva e sem qualquer atraso. Campanhas educacionais sistemáticas e de excelentes resultados”.

Pode ser percebido que o questionário envolvia questões gerais sobre a urbanização, distribuídos nos 22 itens, como segue: Coleta de Lixo; Limpeza Pública; Transporte Público; Calçadas; Iluminação Pública; Arborização; Praças; Placas Indicativas; Pavimentação; Escola; Saúde; Atendimento; Creche; Assistência; Mobilidade; Ciclovias; Feira; Drenagem; Sinalização; Esgoto; Geral e Porto Velho. O quesito “Geral” avalia os serviços da prefeitura, enquanto o quesito “Porto Velho” apresenta as seguintes opções de resposta: “PÉSSIMA. Porto Velho é uma cidade horrível e sem solução. Nunca vai ter jeito! Meu sonho é mudar daqui”, “RUIM. Porto Velho é uma cidade feia e suja. Vai demorar muito prá (sic) arrumar”, “REGULAR. Porto Velho tem muitas coisas bonitas, mas não são cuidadas. Se tiver quem arrume, será um bom lugar prá (sic) viver”, “BOA. Porto Velho é uma cidade agradável para se viver. Tem bons serviços e boa infraestrutura. Gosto do que ela oferece” e “EXCELENTE. Porto Velho é uma cidade encantadora. Precisa de que as pessoas que moram aqui acreditem nela. Se nos unirmos ela se torna maravilhosa”.

Recorrer a instrumentos de avaliação de qualidade como este utilizado pela prefeitura para subsidiar a tomada de decisões está diretamente ligada ao modelo de governança praticado e ao nível de interatividade que este se permite. É a adaptação do sistema político e

administrativo, em busca da conceber representatividade à diversidade, a complexidade e a dinâmica da sociedade contemporânea (POWLEY; ANDERLINE, 2004).

Segundo o entrevistado Senhor Elarrat, utilizando a avaliação da qualidade de gestão municipal, os gestores da SEMPLA desenvolveram um método estatístico para identificar quais os quesitos que mais influenciaram a avaliação Geral da gestão. Diz que a intenção foi identificar o peso que os residentes atribuem para cada quesito. Por exemplo, o quesito Ciclovía pode estar mal avaliado, considerado “ruim” ou mesmo “péssimo”, enquanto a avaliação Geral está bem avaliada, indicando que a Ciclovía não é algo particularmente importante para quem avaliou os dois quesitos. Continuando, o entrevistado informa que para os criadores do método este critério permitiu identificar não somente a avaliação geral de cada quesito, mas também o peso deste quesito na avaliação da geral da gestão pública municipal, fator “crucial” para a priorização das demandas sociais.

Ressalta-se que as audiências públicas foram organizadas nos bairros do município e os participantes que responderam ao questionário foram convidados a avaliar a região onde moram. Segundo o entrevistado essa informação está contida no banco de dados construído, que traz além do bairro também a região onde o dado foi coletado. Pontua que o desenvolvimento desta nova engenharia de participação levou à construção de um banco de dados coletados sistematicamente nas quatro regiões do município – Zona Norte, Zona Sul, Zona Leste e Centro.

Registra-se na fala do entrevistado que este banco de dados foi utilizado como critério para distribuição de 50% dos recursos de investimento do orçamento governamental anual. O critério de priorização aplicado no município garantiu que cada secretaria e cada região do município recebessem uma parcela deste recurso destinado a satisfazer as demandas levantadas no processo de orçamento participativo (ELARRAT, 2015).

O entrevistado ressalta que além do processo descrito acima, sempre que a demanda social pudesse ser sanada sem gasto público adicional, como por exemplo, no caso da necessidade de podar a vegetação de algum terreno baldio, esta reivindicação pública era repassada para a secretaria municipal competente, em reunião mensal. Informa também que para acompanhar a realização de serviços como este foi formalizado um grupo de representantes das demandas no bairro, escolhidos na ocasião da audiência pública, e estes indivíduos mantêm um contato direto com os gestores da SEMPLA e têm a função de acompanhar o adimplemento do prestação do serviço, o qual os gestores públicos se comprometeram a cumprir (ELARRAT, 2015).

Finalizando os apontamentos da entrevista, o Senhor Elarrat informa que ao final do processo de coleta de dados para a formulação da proposta orçamentária para o ano seguinte, foi realizada uma audiência pública para informar a população os resultados da seleção de prioridades entre as demandas sociais levantadas.

Para compreender a forma de governança urbana em implantação no município de Porto Velho, este trabalho usou como base os sete modelos de participação cidadã proposto por Magagnin (2008). Com base nos resultados observados do processo de planejamento participativo da prefeitura fica evidenciado que o modelo de participação adotado no contexto de governança de Porto Velho foram dois de participação por consulta e participação funcional.

A participação por consulta a comunidade ocorreu por meio de questionários e as decisões sobre os problemas, o controle das informações e a análise dos resultados, ficaram a cargo dos administradores e do corpo técnico, podendo ser classificado como participação funcional (MAGAGNIN, 2008). Ressalta-se a importância das atividades dos técnicos no processo, que estimulam e envolvem-se com a população, favorecendo a discussão dos problemas em grupos que definiram os objetos do projeto. No entanto, pelos relatos do entrevistado, a decisão final fica ao encargo dos gestores com a participação dos técnicos para composição final do orçamento e acompanhamento de sua execução.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como objetivo do trabalho identificar o modelo de participação cidadã praticado no município de Porto Velho, utilizando a matriz teórica de Magnani (2008), como base nos sete modelos de participação cidadã por ele identificado, e ainda, discutir algumas características e aspectos da governança urbana na Capital do Estado de Rondônia.

A partir da análise dos resultados e tendo em conta o aporte teórico considerado, ficou evidenciado que os modelos de participação adotados no contexto de governança de Porto Velho foram dois, o de participação por consulta e participação funcional.

A participação do cidadão em Porto Velho encontra, nas reuniões do Orçamento Participativo, a possibilidade de ampliação do diálogo da sociedade com o poder público. Embora possa ser considerado ainda incipiente, pois o corpo técnico tende a decidir quais as melhores soluções, entende-se que o processo consiste em um avanço para a promoção da cidadania.

Acredita-se que cabe a sociedade perceber a oportunidade que se apresenta para levar suas demandas ao conhecimento da administração municipal, pois trata-se de uma possibilidade de empoderamento dos extratos sociais de menor representatividade e a possibilidade de ampliação da governança urbana no município.

REFERÊNCIAS

- DAHL, Robert A. **A preface to democratic theory**. University of Chicago Press, 2013.
- DRYZEK, J. **Discursive democracy: politics, policy, and political science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- ELARRAT, Jorge. Entrevista concedida a Denise Ton Tiussi. Porto Velho, 1 jun. 2015.
- FREY, Klaus. Governança urbana e participação pública. **RAC-eletrônica**, v. 1, n. 1, 2007. p. 136-150.
- _____. Crise do Estado e estilos de gestão municipal. **Lua Nova**, v. 37, p. 107-138, 1996.
- _____. Governança urbana e participação pública. **RAC-eletrônica**, v. 1, n. 1, p. 136-150, 2007.
- _____. Abordagens de governança em áreas metropolitanas da América Latina: avanços e entraves. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 4, n. 1, p. 87-102, 2012.
- JANN, Werner. Governance. In: EICHHORN, Peter (Org.). **Verwaltungslexikon**, 3. ed. Aufl. Baden Baden, p. 449-451, 2003.
- KISSLER, Leo and HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. **Rev. Adm. Pública**. vol.40, n.3, pp. 479-499, 2006.
- KOOIMAN, Jan. Governance. A social-political perspective. In: **Participatory Governance**. VS Verlag für Sozial wissenschaften, 2002. p. 71-96.
- LÖFFER, E. **Governance**: Die neue generation von Staats- und verwaltungs-modernisierung. Verwaltung + Manag. 2001.
- MAGAGNIN, Renata Cardoso. **Um sistema de suporte à decisão na internet para o planejamento da mobilidade urbana**. Tese (Doutorado em Engenharia Civil: Transportes). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos-SP, 2008.
- MERTENS, Frédéric et al. Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. **Acta Amazon**, v. 41, p. 481-492, 2011.
- PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Participatory democracy revisited. **Perspectives on Politics**, v. 10, n. 01, 2012. p. 7-19.

POWLEY, Elizabeth; ANDERLINI, Sanam Naraghi. **Democracy and governance**. Inclusive Security, Sustainable Peace: A Toolkit for Advocacy and Action, 2004.

SCHMITTER, Philippe C. Participation in governance arrangements: is there any reason to expect it will achieve “sustainable and innovative policies in a multi-level context”? In: Participatory governance. VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2002. p. 51-69.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1984.

SEMPLA. Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. **Relatório Técnico do Orçamento Participativo**. Prefeitura do Município de Porto Velho. Porto Velho, 2014.

SOUZA-LIMA et al. O lugar da percepção social nas políticas públicas de gestão socioambiental. In: **Gestão de natureza pública e sustentabilidade**. Editores Arlindo Philippi Jr, Carlos Alberto Cioce Sampaio, Valdir Fernandes. Barueri, SP: Manole, 2012.

STOKER, Gerry. **Urban political science and the challenge of urban governance**. In J. Pierre (Ed.). *Debating governance: authority, steering and democracy* (pp. 91-109). New York: Oxford University Press. 2000.